

1 **ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**
2 **DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – CIAP DO ANO 2024.**

3
4 Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a 10ª
5 Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, por videoconferência, convocada através
6 do Edital 17/2024-Processo Amprev nº 2024.168.501054PA. O coordenador Jocildo
7 Silva Lemos deu início à reunião as quinze horas e sete minutos, saudou os presentes, foi
8 feita a leitura dos itens 1, 2 e 3, edital, pauta e verificação de quórum pela secretária
9 Francisca Cruz, membros presentes: Alexandre Flávio Medeiros Monteiro, Gláucio
10 Maciel Bezerra, Jackson Rubens de Oliveira, José Milton Afonso Gonçalves, Jocildo
11 Silva Lemos. Participação da diretora financeira da Amprev senhora Alana Cristine Sousa
12 e do chefe da divisão de investimentos, senhor Carlos Roberto Oliveira e da chefe da
13 divisão de tesouraria da Amprev, senhora Lorena Castelo. **Item 4: Apresentação, para**
14 **deliberação, do processo nº 2024.135.100040PA, referente a Pagamentos de despesas**
15 **administrativas e previdenciárias, competência janeiro de 2024, em cumprimento**
16 **ao item 8 da Política Anual de Investimentos do RPPS do exercício de 2024.** O
17 coordenador Jocildo lemos ressaltou o conhecimento dos processos de pagamentos de
18 despesas administrativas e previdenciárias para cumprimento da política de investimentos
19 da Amprev e pró-gestão, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro considerando que o
20 processo não foi disponibilizado com antecedência para os membros, deu como sugestão
21 que, fosse feita a apresentação e deliberação caso os membros sintam-se aptos a votar,
22 mas caso haja pedido de vista ao processo, que seja apresentado, mas deliberado em outra
23 reunião, nesse sentido, o conselheiro José Milton Gonçalves falou que teve acesso pelo
24 sistema Sisprevweb, o coordenador Jocildo Lemos solicitou que o conselheiro José
25 Milton Gonçalves disponibilizasse no grupo aos conselheiros que foi de imediato
26 disponibilizado, na sequência, a diretora financeira Alana Cristine Sousa fez a
27 apresentação do item de pauta conforme o processo no qual constam em resumo das
28 despesas dos planos financeiro e previdenciário: Total de R\$ 47.450.956,69 (quarenta e
29 sete milhões quatrocentos e cinquenta mil novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta
30 e nove centavos), sendo: folha civil R\$ 33.998.188,26 (trinta e três milhões novecentos e
31 noventa e oito mil cento e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos), folha militar R\$
32 11.972.857,79 (onze milhões novecentos e setenta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete
33 reais e setenta e nove centavos), folha administrativa R\$ 1.479.910,64 (um milhão
34 quatrocentos e setenta e nove mil novecentos e dez reais e sessenta e quatro centavos),
35 resgate do fundo fluxo de R\$ 48.970.579,52 (quarenta e oito milhões novecentos e setenta



36 mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) retorno de resgate para
37 o fluxo R\$ 1.519.622,83 (um milhão quinhentos e dezenove mil seiscientos e vinte e dois
38 reais e oitenta e três centavos), relatório de resgates e pagamentos, extratos de contas
39 correntes e contas de investimentos, o senhor Carlos Roberto Oliveira chefe da divisão
40 de investimentos e mercado auxiliou na apresentação com as informações de comparação
41 da posição dos investimentos de receita e despesa, durante a apresentação o conselheiro
42 Alexandre Flávio Monteiro perguntou se as despesas administrativas são segregadas em
43 contas específicas e como é feito esse controle de pagamentos dessas despesas dentro do
44 limite aprovado para tanto, pois foi apresentado movimentação de saída e volta de recurso
45 do fundo fluxo, a diretora financeira Alana Cristine Sousa respondeu que, há
46 acompanhamento de pagamentos pela diretoria financeira pelos fluxos dos processos e
47 contas de receitas previdenciárias, o conselheiro José Milton Gonçalves informou que o
48 percentual aprovado para despesas administrativas foi de R\$ 38 milhões, o conselheiro
49 Gláucio Bezerra fez as seguintes perguntas: se as despesas apresentadas estão nas folhas
50 de benefícios ou abrangidas pela taxa de administração autorizada pela portaria MTP nº
51 1467? Se houve algum resgate de outro fundo diferente do BB Fluxo como previsto na
52 política de investimentos para atendimento das demandas apresentadas? Se houve saldos
53 dos resgates realizados, caso positivo, para onde foram direcionados? Se as
54 movimentações foram autorizadas ou checadas pela diretoria executiva ou outro órgão de
55 controle, se deveria ser submetido ou não ao conselho fiscal? O coordenador Jocildo
56 Lemos respondeu que as despesas são abrangidas pela taxa de administração no
57 percentual aprovado de 1,5%, e a diretora Alana Cristine Sousa respondeu que não houve
58 resgate de outro fundo, mas somente do fundo fluxo como estabelece a política de
59 investimentos e que houve saldo de resgates, mas que voltou para o fundo fluxo
60 automaticamente, o coordenador Jocildo Lemos respondeu que as despesas passam pelo
61 controle interno e na sequência executado como disciplinado na política de investimentos,
62 a diretora Alana Cristine Sousa falou que os fluxos processuais só são pagos após análise
63 do controle interno e seu parecer, o conselheiro Gláucio Bezerra falou que não viu o
64 processo antecipadamente, mas se for atestado pelo coordenador que todas as
65 movimentações estão de acordo com a política de investimentos não ver motivos pra não
66 votar a matéria, na sequência, o coordenador Jocildo Lemos perguntou aos conselheiros
67 se estão aptos a deliberar considerando a apresentação realizada, o conselheiro Alexandre
68 Flávio Monteiro falou que está tranquilo, pois a apresentação foi didática e direta, mas
69 ressaltou a observação sobre o conhecimento prévio da matéria a ser deliberada, o
70 conselheiro José Milton Gonçalves como falado no início da reunião teve acesso ao



71 processo pelo Sisprevweb Web, e o que foi apresentado é o que consta no processo, nesse
72 sentido sente-se preparado para votar, da mesma forma o conselheiro Jackson Rubens
73 sentiu-se preparado para votar conforme apresentação, o conselheiro Gláucio Bezerra
74 perguntou se o coordenador atesta que a movimentação está de acordo com a Política de
75 investimentos, o coordenador Jocildo Lemos respondeu que o processo está de acordo
76 com a política e que a partir do ano de 2024 está atendendo a recomendação em
77 disponibilizar as informações para o comitê de investimentos e as retiradas para despesas
78 são obrigatoriamente do fundo Fluxo do Banco do Brasil, na sequência, o coordenador
79 Jocildo Silva Lemos colocou o processo nº 2024.135.100040PA, referente a Pagamentos
80 de despesas administrativas e previdenciárias, competência janeiro de 2024, para
81 deliberação dos membros, o qual foi aprovado por unanimidade. **Item 5: Apresentação,**
82 **para deliberação, do processo nº 2024.135.300570PA, referente a Pagamentos de**
83 **despesas administrativas e previdenciárias, competência fevereiro de 2024, em**
84 **cumprimento ao item 8 da Política Anual de Investimentos do RPPS do exercício de**
85 **2024.** O coordenador Jocildo Lemos passou a palavra a senhora Alana Cristine Sousa,
86 diretora financeira da Amprev e sua equipe, a qual fez a apresentação do item de pauta
87 conforme o processo no qual constam em resumo, das despesas dos planos financeiro e
88 previdenciário: Total de R\$ 39.970.982,28 (trinta e nove milhões novecentos e setenta
89 mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos), sendo: folha civil R\$
90 23.148.067,01 (vinte e três milhões cento e quarenta e oito mil sessenta e sete reais e vinte
91 e oito centavos), folha militar R\$ 8.607.249,42 (oito milhões seiscentos e sete mil
92 duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), folha administrativa R\$
93 1.215.665,85 (um milhão duzentos e quinze mil seiscentos e sessenta e cinco reais e
94 oitenta e cinco centavos), resgate do fundo fluxo de R\$ 33.048.531,95 (trinta e três
95 milhões quarenta e oito mil quinhentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos)
96 retorno de resgate para o fluxo R\$ 77.549,67 (setenta e sete mil quinhentos e quarenta e
97 nove reais e sessenta e sete centavos), relatório de resgates e pagamentos, extratos de
98 contas correntes e contas de investimentos, o senhor Carlos Roberto Oliveira chefe da
99 divisão de investimentos e mercado da Amprev auxiliou na apresentação com as
100 informações de comparação da posição dos investimentos de receita e despesa, na
101 sequência, a diretora Alana Cristine Sousa perguntou aos conselheiros se há alguma
102 observação a fazer, o conselheiro Gláucio Bezerra parabenizou a diretora Alana Cristine
103 e sua equipe pela estrutura e didática do relatório, e sugeriu a introdução do percentual da
104 taxa de administração consumida até o mês apresentado, informação que serviria como
105 forma de controle da instituição, considerou repetir a este relatório as mesmas perguntas



106 feitas no relatório anterior, e se as respostas forem as mesmas, se sente seguro em votar,
107 o coordenador Jocildo Lemos considerou importante a proposta de introduzir o controle
108 do percentual da taxa de administração já utilizado no mês e solicitou o acatamento da
109 solicitação pela diretoria financeira, nesse sentido, o conselheiro José Milton Gonçalves
110 também considerou importante a informação de controle da taxa de administração e como
111 assessor de planejamento da Amprev, essa informação encontrasse disponível no site da
112 Amprev em “indicadores” ano a ano e são alimentadas mensalmente, o conselheiro
113 Gláucio Bezerra ratificou suas perguntas sobre os procedimentos de pagamento de
114 despesas feitas no relatório anterior que se repetem para este, o coordenador Jocildo lemos
115 respondeu que a apresentação do relatório está vinculada ao cumprimento do item 8 da
116 política anual de investimentos, na sequência, o coordenador Jocildo Silva Lemos
117 colocou o processo nº 2024.135.300570PA, referente a Pagamentos de despesas
118 administrativas e previdenciárias, competência fevereiro de 2024, para deliberação dos
119 membros, qual foi aprovado por unanimidade. **Item 6: O que ocorrer.** O conselheiro
120 José Milton Gonçalves perguntou ao coordenador Jocildo Lemos se a partir desta reunião
121 será rotina o comitê analisar os processos de pagamentos mensalmente, o coordenador
122 Jocildo lemos respondeu que serão atualizadas as análises dos processos de março e abril,
123 e na sequência sempre do mês anterior. E nada mais havendo, as quinze horas e cinquenta
124 minutos, o coordenador Jocildo Silva Lemos encerrou à reunião, da qual eu, Francisca da
125 Silva Cruz lavrei a presente ata que após aprovada, vai assinada pelos membros presentes.
126 Macapá, 23 de maio de 2024.

127 Alexandre Flávio Medeiros Monteiro: _____
128 Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV

129
130 Gláucio Maciel Bezerra: _____
131 Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV

132
133 Jackson Rubens de Oliveira: _____
134 Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV

135
136 José Milton Afonso Gonçalves: _____
137 Membro, representante dos servidores da Amapá Previdência – AMPREV

138
139 Jocildo Silva Lemos: _____
140 Membro, representante da Diretoria Executiva da Amapá Previdência – AMPREV

141
142 Francisca da Silva Cruz _____
143 Secretária do CIAP/AMPREV

144

